

CONVITE

Referência: N.º 6/AEMT/2021

Ajuste Direto

Para a Aquisição de Máscaras

(certificadas, reutilizáveis 20/25 lavagens, Nível 2 “Máscaras destinadas à utilização por profissionais que não sendo da saúde estão expostos ao contacto com um elevado número de indivíduos”, com nível de filtração de partículas de 90% ou superior – para utilização por Alunos, Professores, Educadores, Técnicos, Assistentes Técnicos e Operacionais no contexto da sua atividade profissional no agrupamento).

Entrega de todo o material encomendado até ao fim do mês de dezembro de 2021

Agrupamento de Escolas Madeira Torres

30 de novembro de 2021

Introdução

O agrupamento de escolas Madeira Torres (AEMT) na qualidade de entidade adjudicante, nos termos do Código das Compras Públicas (CCP), convida a entidade, Bratun – Bras e Antunes Lda, nif: 501353828, com sede na rua General Humberto Batista Martins, lote 18, Edifício C; 2005-002 Santarém, a apresentar proposta, para a aquisição de Máscaras (certificadas, reutilizáveis 20/25 lavagens, Nível 2 “Máscaras destinadas à utilização por profissionais que não sendo da saúde estão expostos ao contacto com um elevado número de indivíduos”, com nível de filtração de partículas de 90% ou superior – para utilização por Alunos, Professores, Educadores, Técnicos, Assistentes Técnicos e Operacionais no contexto da sua atividade profissional no agrupamento).

Referência: N.º 6/AEMT/2021

Data Limite para receção das propostas: 7/12/2021

I – Objeto do convite

1 – O objeto do contrato é a aquisição de Máscaras (certificadas, reutilizáveis 20/25 lavagens, Nível 2 “Máscaras destinadas à utilização por profissionais que não sendo da saúde estão expostos ao contacto com um elevado número de indivíduos”, com nível de filtração de partículas de 90% ou superior – para utilização por Alunos, Professores, Educadores, Técnicos, Assistentes Técnicos e Operacionais no contexto da sua atividade profissional no agrupamento).

2 – A estimativa dos bens agora necessários encontra-se discriminada no anexo I deste convite

3 - Os requisitos técnicos e funcionais previstos são os constantes, do Caderno de Encargos e legislação aplicável referente à certificação das máscaras, para além dos aduzidos acima.

4 - O presente procedimento é efetuado aplicando-se-lhe o disposto no Convite e no Caderno de Encargos sendo que tudo o que não estiver previsto se rege pelas disposições do Código dos Contratos Públicos (CCP) relativos ao Ajuste Direto - nos termos e para os efeitos dos artigos 112.º n.º 2 e seguintes do CCP. Fundamentando-se a sua escolha nos termos do disposto nos artigos 16.º n.º 1 alínea a); 17.º n.º 1 e 7 e no art.º 20 n.º 1 alínea d). Fundamenta-se, ainda, esta aquisição na necessidade de compra e Aquisição de Máscaras (certificadas, reutilizáveis 20/25 lavagens, Nível 2 “Máscaras destinadas à utilização por profissionais que não sendo da saúde estão expostos ao contacto com um elevado número de indivíduos”, com nível de filtração de partículas de 90% ou superior – para utilização por Alunos, Professores, Educadores, Técnicos, Assistentes Técnicos e Operacionais no contexto da sua atividade profissional no agrupamento) e de que o agrupamento não dispõe (Art.º 36 e 38 CPP). A fixação do preço, fundamenta-se no disposto no art.º 47, n.º 3 do CCP com base nos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.

5 – A entidade pública adjudicante é o Agrupamento de Escolas Madeira Torres, abreviadamente designada AEMT, com sede na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 2560-295 em Torres Vedras, com o telefone n.º 261334180 e o endereço eletrónico para efeitos deste concurso: contratospublicos@madeiratorres.com

6 – A decisão de contratar foi tomada por despacho, pela diretora e ata do Conselho Administrativo, do AEMT, datados de 30/11/2021.

II – Pedidos de Esclarecimentos / Retificação às Peças do Procedimento

- 1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados através do email, concursospublicos@madeiratorres.com e até ao dia 6/12/2021;
- 2- Os esclarecimentos serão prestados via email;
- 3- O órgão que autorizou a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento até ao dia 6/12/2021;
- 4- Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante via email.
- 5- Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

III – Proposta

1- O concorrente deverá aceitar a proposta para prestação de serviços em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos.

2 – Elementos a enviar obrigatoriamente na proposta:

- a) Aceitação da Proposta de acordo com o anexo I.
- b) Aceitação do Prazo de validade da proposta- 66 dias (anexo I)
- c) Declaração de aceitação do caderno de encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II deste convite.

3- Todos os documentos solicitados, nos termos do artigo 115º, nº 1, alínea g) do Código dos Contratos Públicos são apresentados através de transmissão eletrónica de dados via email institucional, concursospublicos@madeiratorres.com

4 –As máscaras devem ser certificadas, reutilizáveis 20/25 lavagens, ter Nível 2 “Máscaras destinadas à utilização por profissionais que não sendo da saúde estão expostos ao contacto com um elevado número de indivíduos”, com nível de filtração de partículas de 90% ou superior. **(deve ser junto cópia do certificado(s) de entidade competente).**

5 – Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras.

IV – Modo de Apresentação de Proposta

1 – Todos os documentos solicitados no anterior nº III, ponto 2 do, nos termos do artigo 115º, nº 1, alínea g) do Código dos Contratos Públicos são apresentados através de transmissão eletrónica de dados via email institucional, concursospublicos@madeiratorres.com

a) Data limite de entrega: até as 17H00 do dia **7/12/2021**.

b) Prazo mínimo da manutenção das propostas de 66 dias

2 – Todos os documentos enviados, incluindo os documentos que constituem a proposta, deverão ser **assinados digitalmente**.

3 - As propostas e os documentos que as constituem devem ser entregues até à data e hora definidas no número 1 do presente capítulo.

V – Documentos de habilitação

1. O concorrente a quem for adjudicado a prestação de serviços, objeto deste procedimento deve apresentar, no prazo de 3 (três) dias a contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo III do Convite;
b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online de que se encontra nas seguintes situações:

i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.

c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

2. Será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis caso sejam detetadas irregularidades no processo de habilitação.

VI – Critérios de Adjudicação

O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade de Monofator – o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar (Art.º 74 n.º 1 alínea b) do CCP). Em caso de empate de propostas utiliza-se o previsto no n.º 5, alínea c) – sorteio.

VII – Peças contratuais

1. O Contrato, nos termos do disposto no n.º 1º, alínea a) no Art.º 95 do CCP, não será reduzido a escrito pelo que valerá como tal as cláusulas do caderno de encargos.
2. Fazem parte integrante do presente procedimento os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O convite e o caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. A gestora do Contrato será a Coordenadora Técnica dos Serviços Administrativos.

VIII – Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do artigo 88º do CCP.

IX – Negociação

Não haverá lugar à negociação das propostas.

X – Condições de Pagamento, Preço Base e data de entrega

1. O preço base que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento de todos os bens, objeto do contrato a celebrar é **de 2.855,34€** (dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos).
2. Todo o material encomendado deve ser entregue até ao fim do mês de dezembro de 2021.
3. O AEMT é responsável pelo pagamento do preço dos bens que lhes sejam fornecidos, nas devidas condições em termos de qualidade.
4. O preço a pagar pelos bens resulta da proposta adjudicada neste procedimento.
5. O pagamento das faturas será efetuado, pelo adjudicante, no prazo máximo de 30 a 60 dias contados após a receção, pela AEMT, da respetiva fatura mensal e após a validação dos serviços.

XI– Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no Caderno de Encargos e convite aplica-se o constante no CCP e demais legislação em vigor aplicável.

Torres Vedras, 30 de Novembro de 2021

A Diretora

ANEXOS

ANEXO I – Identificação das necessidades e preços máximos a pagar

Descrição: Máscaras certificadas pelas entidades competentes, reutilizáveis 20/25 lavagens, Nível 2, correspondentes a “Máscaras destinadas à utilização por profissionais que não sendo da saúde estão expostos ao contacto com um elevado número de indivíduos”, com nível de filtração de partículas de 90% ou superior.		Quantidades Itens	Custo total
Entregues em Kit’s de 3 máscaras cada.			
Máscaras Brancas	Criança – Alunos do 1.º ao 6.º ano	930 Kit’s (2790 máscaras)	2.855,34€
Máscaras Brancas	Adulto – Alunos do 7º ao 12º ano	1650 Kit’s (4950 máscaras)	
Máscaras Brancas	Adulto - docentes e não docentes	443 Kit’s (1329 máscaras)	
Personalização das máscaras com logotipo do agrupamento em serigrafia a duas cores			

ANEXO II – Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos
(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP)

1 — ... (nome, numero de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, numero de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo a execução do contrato a celebrar na sequencia do procedimento de ... (designação ou referencia ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executara o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar a execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra – ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação a entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação a entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos n.º 2 e 3 do artigo 57º

(4) Nos termos do disposto nos nº 4 e 5 do artigo 57º

ANEXO III- Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP)

1 — ... (nome, numero de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, numero de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referencia ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) Não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação a entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias a consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos nº 4 e 5 do artigo 57º